

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ADRIANA CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF NO MUNICÍPIO DE
CACOAL/RO ENTRE 2009 A 2011.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo Científico**

**Cacoal - RO
2016**

ADRIANA CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF NO MUNICÍPIO DE
CACOAL/RO ENTRE 2009 A 2011.**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis sob a orientação da Prof^ª. Maria Bernadete Junkes, PhD.

**Cacoal – RO
2016**

S586p Silva, Adriana Cordeiro de Almeida e.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF/RO entre 2009 a 2011/ Adriana Cordeiro de Almeida e Silva – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
30 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Profa. Dra. Bernadete Junkes.

1. Contabilidade. 2. PRONAF. 3. Agricultura familiar. 4. Banco da Amazônia. I. Junkes, Bernadete. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 657:63

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF no município de Cacoal-RO entre 2009 a 2011, elaborado pela acadêmica Adriana Cordeiro de Almeida e Silva, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof.^a Maria Bernadete Junkes, PhD
Presidente

Prof.^a Ms. Ellen Cristina de Matos
Membro

Prof.^a Ms. Simone Maria G. O. Uilian
Membro

Média

Cacoal– RO
2016

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO ENTRE 2009 A 2011.

Adriana Cordeiro de Almeida e Silva¹

RESUMO: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi criado para atender os agricultores familiares, buscando o desenvolvimento rural no Brasil. O objetivo geral desse estudo foi descrever a aplicação de recursos nesse programa, quantificando o montante investido e descrevendo o perfil dos beneficiários na região de Cacoal/RO. A metodologia utilizada foi de pesquisa exploratória, pois se fez necessário a leitura de relatórios de gestão e de resultados do Banco da Amazônia S.A. em Cacoal. Quanto aos resultados foi verificado que no período de 2009 a 2011 foram aplicados o montante de R\$15.434.178,37, sendo que 89 % desses recursos estão concentrados nos seguimentos da agricultura familiar e no seguimento mais alimentos. Finalmente observou-se que o crédito destinado as famílias tem sido acompanhado e fiscalizado pelo Banco da Amazônia S.A., que cumpri seu papel de desenvolver sustentavelmente a Amazônia Legal, através da definição de critérios rigorosos na análise do crédito.

PALAVRAS-CHAVES: PRONAF, Agricultura Familiar, Banco da Amazônia S.A..

1 INTRODUÇÃO

Criado pelo Governo Federal através do decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1989), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF nasceu para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER, MATTEI E CAZELLA, 2004).

Um dos principais provedores desse programa é o Banco da Amazônia S.A. que financia projetos individuais e coletivos, gerando emprego e renda aos agricultores e seus familiares. Em sua essência o Banco da Amazônia S.A., é um banco de fomento regional, no entanto a instituição possui em seu portfólio, inúmeros produtos e serviços dos mais variados que atendem uma grande quantidade de segmentos, sendo que na região de Cacoal atua a mais de 30 anos.

No município de Cacoal/RO, a base econômica da agricultura é o café, sendo o município considerado o maior produtor do estado, logo após, a produção mais cultivada é a de banana. Já no desenvolvimento de culturas temporárias, os mais importantes são a cana de açúcar, mandioca e abacaxi, conforme o senso 2013 do IBGE. Cacoal possui um dos maiores rebanhos do estado, sendo de grande importância para a economia agropecuária (IDARON, 2013).

¹ Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com Trabalho de Conclusão de Curso elaborado sob a orientação da Professora Maria Bernadete Junkes, PhD.

O Governo Federal tem estimulado o desenvolvimento da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, viabilizando a concessão de créditos com taxas e prazos adequados aos micros e pequenos agricultores familiares, buscando promover a geração de trabalho e renda, valorizando as potencialidades locais nas atividades rurais.

Estudos comprovam que a capacidade da agricultura familiar em incorporar ativamente tecnologias, tomar crédito e participar de mercados dinâmicos vem crescendo significativamente após criação do programa, contrariando a antiga imagem que se tinha quando os termos empregados eram pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência, não comercial, que são expressões econômicas marginais (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005).

Por meio da análise dos Relatórios de Gestão do Banco da Amazônia S.A., foi verificado que cada ano o governo federal tem investido um montante cada vez maior na agricultura familiar, principalmente através do PRONAF, a falta de informações publicadas a respeito de montantes liberados, perfil das famílias e quais as culturas mais atendidas pelo programa no Banco da Amazônia S.A., torna-se importante demonstrar a aplicação destes recursos, uma vez que são recursos públicos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.

Baseado nesse contexto, esse artigo pretendeu responder ao seguinte questionamento: como foram aplicados os recursos da linha de crédito PRONAF no município de Cacoal/RO no período de 2009 a 2011?

A pesquisa teve como objetivo geral descrever a aplicação dos recursos da linha de crédito PRONAF no município de Cacoal no período de 2009 a 2011. Para estruturar o objetivo geral, foram necessários como objetivos específicos descrever o perfil dos beneficiários pela linha de crédito rural o PRONAF no município de Cacoal, apontar os benefícios provenientes do investimento PRONAF para os beneficiários; quantificar o investimento no município de Cacoal pelo Banco da Amazônia S.A pela linha de crédito PRONAF no período de 2009 a 2011 e verificando a inadimplência na linha de crédito do PRONAF, após ter se passado o prazo de carência efetuado nos contratos.

Para atingir os objetivos foi necessário fazer um levantamento dos relatórios de gestão e de resultados desta instituição, também foi realizada coleta de dados, por meio de um formulário elaborado pela pesquisadora nos dossiês das operações de crédito dos beneficiários da agência do Banco da Amazônia S.A., no município de Cacoal/RO, os quais foram

compilados conforme a necessidade do objeto de pesquisa e apresentados de maneira clara e objetiva.

A contribuição desse estudo para a sociedade dá-se pelo fato de demonstrar como são aplicados os recursos do programa e os benefícios recebidos pelos micro e pequenos produtores, bem como, a viabilidade de observar como está sendo gerenciado o PRONAF no município de Cacoal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta um levantamento dos materiais divulgados na literatura sobre o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, abordando conceitos e aspectos legais. Como também um apanhado geral em artigos publicados e trabalhos realizados a respeito do tema escolhido, abordados anteriormente por outros pesquisadores.

2.1 RECURSOS PARA FINANCIAMENTOS

De acordo com o Banco Central do Brasil, financiamento é um contrato entre cliente e instituição financeira, com destinação específica dos recursos tomados. Geralmente o financiamento possui algum tipo de garantia, como alienação fiduciária ou hipoteca. Nos contratos de financiamentos bancários, além dos tipos de garantias, também são firmados a quantia que será devolvida ao banco, estabelecendo taxas de juros, carências e prazos (BACEN, 2015).

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 159 dispõe sobre a destinação 3% (três por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para formação de fundos para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional (BRASIL, 1988). A origem desses recursos está instituído pela Constituição Federal (1988), que já beneficiou e ainda beneficiará milhares de brasileiros, pois só poderá ser alterada se for favorável a toda nação do Brasil e nunca ao contrário.

Os fundos regionais foram regulamentados pela Lei nº 7.827, de 27.09.89 e alterada pela Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995. Ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO ficou destinada a quantia 0,6% da arrecadação do imposto de renda e imposto

sobre produtos industrializados Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, também dispõe sobre qual é a instituição financeira administradora do fundo, ficando assim nomeado o Banco da Amazônia S.A como administrador do fundo e sua correta aplicação no desenvolvimento sustentável da região (BRASIL, 1989).

Essa regionalização da destinação dos fundos investidos em financiamentos e sua administração, principalmente por bancos regionais, permitem adequar melhor os recursos a médio e longo.

O Crédito Rural abrange recursos destinados ao custeio, investimento ou comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil.

O Ministério da Agricultura (2015) diferencia os tipos de destinação conforme figura 01:

TIPOS DE DESTINAÇÃO DO CRÉDITO	DESCRIÇÃO
Crédito de custeio	Disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita.
Os créditos de investimento	São aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos.
Os créditos de comercialização	Asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

Figura 01: Tipos de destinação do crédito.

Fonte: Ministério da Agricultura (2015), adaptado pela Autora.

O Banco da Amazônia S.A. traz em seu relatório de gestão 2007-2012 a afirmativa de que os créditos para financiamentos continuam em franca expansão, configurando - se como o segundo pilar de sustentação do crescimento do consumo das famílias.

Ano após ano o Governo Federal vem aumentando os valores destinados ao crédito rural, incentivando as famílias rurais a optarem por adquirir esse recurso, escolhendo qual das três modalidades é melhor para o desenvolvimento da sua propriedade.

2.2 BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

A história do Banco da Amazônia S.A. está diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico da região amazônica nas últimas décadas. Mas o surgimento da

instituição demonstra o seu importante papel não só no norte brasileiro, ou no país, como também na economia mundial.

O Banco da Amazônia S.A. nasceu em plena Segunda Guerra Mundial, quando o mundo estava dividido em dois: de um lado os Aliados (União Soviética, Estados Unidos, Império Britânico, França, China, Ásia-Pacífico e Polônia) e do outro lado os países do Eixo (Alemanha, Itália, Japão, Bulgária, Hungria e Romênia).

Foi nesse cenário que surgiu o Banco de Crédito da Borracha S/A, como era chamado, com o desafio de revigorar os seringais nativos da região. Em 09 de junho de 1942 através do decreto lei nº 4.451, a partir do acordo de Washington firmado entre Brasil e Estados Unidos e tinha a participação acionária dos dois países, sendo 55% do tesouro nacional, 40% Rubber Reserve Company (representante do Governo dos Estados Unidos da América) e o restante ficando aberta a subscrição pública, exclusivamente de pessoas físicas ou jurídicas de nacionalidade brasileira.

Em 1966 é que assume o nome de Banco da Amazônia S.A, com o papel de agente financeiro para o desenvolvimento da Amazônia legal. Em 1970, passa ser uma sociedade de capital aberto, tendo o tesouro nacional 51% das ações e o público 49%.

Com a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, em 1989, fica sendo seu gestor, possibilitando aos Mini, Micro e Pequenos Produtores e empresários da região acesso a financiamentos de longo prazo, com encargos financeiros diferenciados. Já no século XXI atua voltado para o desenvolvimento sustentável da Amazônia legal, ampliando sua responsabilidade sócio ambiental, através de programas corporativos, bem como no patrocínio a ações culturais, esportivas e sociais (BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 2015).

2.3 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO NORTE.

No Banco da Amazônia S.A. existe várias linhas de crédito conforme figura 01. Tem por finalidade atender projetos de investimento fixo e semifixo, como reforma, ampliação, construção e aquisição de máquinas e equipamentos. O capital de giro é atendido de forma isolada, pois somente é permitido para compra de insumos para produção, ou estoque para revenda (BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 2015).

As linhas de créditos do Banco da Amazônia S.A. estão divididas por programas, em seguida por setores e consequentemente por seguimento, onde pretendem atingir os mais

diversificados tipos de grupos econômicos representados pela sua atividade, conforme visualizado na figura 02.

PROGRAMA/ SETOR	SEGMENTO
FNO – PRONAF	Grupo A
	Grupo B
	Grupo A/C
	Agroindústria
	Cotas Partes
	Custeio
	Eco
	Eco - Dendê/Seringueira
	Floresta
	Jovem
	Mulher
	Mais alimentos
FNO – Amazônia Sustentável	Agropecuária
	Pesca e Aquicultura
	Indústria
	Turismo
	Cultura
	Infraestrutura
	Exportação
	Comercio e Serviços
FNO – Biodiversidade	Floresta
FNO – EI	Empreendedor Individual

Figura 02: Linhas de credito do Banco da Amazônia S.A.

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2015), adaptada pela autora.

O FNO é um programa do governo federal que foi criado visando o desenvolvimento econômico e social da região norte, por meio de instituições financeiras federal de caráter regional (MI, 2015). Nem todos os seguimentos do FNO - Fundo Constitucional do Norte estão presente na pesquisa, porem existem outros como FNO- Amazônia Sustentável, FNO - Biodiversidade, FNO - EI - Empresário Individual.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar apresenta importante função para garantir a segurança alimentar, preservando os alimentos, com o uso sustentável dos recursos naturais. Abramovay e Piketty (1999) *apud* Mera e Didonet (2010, p. 50), define agricultura familiar como:

A agricultura familiar é aquela em a gestão, a propriedade e maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unanime, e muitas vezes tampouco operacional, é perfeitamente

compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presente em todas elas.

Isso significa que na agricultura familiar, a propriedade deve ser da própria família, assim como a renda tem que ser proveniente do estabelecimento rural, ou no mínimo a administração do local deve estar a cargo dos beneficiários, por meio de algum tipo de documento de posse, como por exemplo, contrato de compra e venda, arrendamento, comodato, etc.

Mera e Didonet (2010) comentam ainda que agricultura familiar só passou a ser reconhecida como categoria econômica com a aprovação da Lei 11.326/2006, sancionada pelo então presidente Lula. Portanto, o termo “agricultura familiar” é recente no vocabulário científico governamental e das políticas públicas no Brasil.

A Lei 11.326/2006, no seu artigo 3º define como agricultores familiares aqueles que praticam atividades no meio rural, e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo o território brasileiro), utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento, ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, Dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família.

Já o Banco da Amazônia S.A. (2015) caracteriza a agricultura familiar como sendo uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias e não agropecuárias de base familiar, desenvolvidas em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar e que apresenta papel relevante para o desenvolvimento do País.

É nesse contexto da agricultura familiar que Gazolla e Schneider (2013) ressaltam que o PRONAF é uma política extremamente importante ao desenvolvimento rural brasileiro, especialmente por ser a principal no apoio econômico e produtivo da agricultura familiar e por ter um volume grande desses recursos, nos últimos planos safras, como também pode ser avaliada pelos recursos alocados para a agricultura familiar, bem como sobre o número de contratos firmados, esses recursos vêm crescendo constantemente, o que demonstra a tendência de o mesmo seguir apoiando as ações econômicas e produtivas dos agricultores.

De acordo com Ferreira (2006) citado por Mera e Didonet (2010), “a agricultura familiar corresponde por 2/3 dos postos de trabalho no campo”. Ou seja, a maior parte da agricultura no Brasil é procedente do trabalho familiar e é quem leva a comida a grande maioria das mesas nas casas brasileiras.

Testa (2010) afirma que a agricultura familiar contribui para regular e reduzir os preços dos alimentos e matérias-primas agropecuárias e, com isso, ajuda a controlar a inflação e aumentar a competitividade industrial, já que reduz o custo dos alimentos dos trabalhadores. Esta é uma das formas da agricultura familiar transferir mais renda para outros setores de um país, mais do que outros modos de produção. Isto se dá porque, na condição de gestor, trabalhador e proprietário do estabelecimento agrícola, a maioria dos agricultores familiares utiliza a remuneração mínima do seu trabalho e do seu patrimônio, como critério básico para decidir se continua ou não na agricultura, geralmente ignorando taxas de gestão, parte dos direitos dos trabalhadores e o aluguel ou juro da própria terra, entre outros.

Nessas condições, ressalta-se a importância da agricultura familiar tanto para ajudar no equilíbrio econômico como com os cuidados com os alimentos, com o meio ambiente, zelando pela cultura e interessando por se organizarem socialmente como comunidade.

Na região norte, o PRONAF está sob a responsabilidade do Banco da Amazônia S.A., que é responsável por uma parcela significativa de ações voltadas à geração de emprego e renda, fixação do homem no campo, inclusão social e ambiental, proporcionando aos agricultores uma cesta de produtos diversificados, principalmente, através do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Banco atua como indutor do desenvolvimento regional, gerando oportunidades de negócios sustentáveis para a Amazônia, somando esforços no âmbito da agricultura familiar, elegendo prioridades nas políticas de Crédito Rural do Governo Federal junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), promovendo a interlocução com os diversos atores (Órgãos Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural, Ministérios e Sociedade Civil Organizada), como forma de criar estratégias capazes de melhorar a realidade dos produtores (BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 2015).

2.5 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2015) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, apresentando as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Levando em consideração as informações da figura 02, que são as linhas de crédito que o Banco da Amazônia S.A. trabalha, pode-se citar ainda mais alguns detalhes sobre os seguimentos contido no PRONAF, conforme figura 03:

Seguimento	Finalidade	Limite	Taxa de juros	Prazo para pagamento	Bônus de adimplência
PRONAF – A	Agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próxima	20.000,00 por beneficiário, em no mínimo três operações e de valor máximo de R\$ 7.500,00, de acordo com o projeto técnico.	0,5% a.a.	Até 10 anos, incluídos 03 anos de carência	40% sobre cada parcela do principal.
PRONAF A/C	Implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas produtivas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários	Até R\$ 6.000,00 por beneficiário	1% a.a.	Até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, conforme a atividade e o projeto técnico.	
PRONAF B - Microcrédito Produtivo Rural	Não há finalidade específica.	R\$ 2.500,00 por operação, podendo esse limite ser elevado a R\$ 3.500,00 quando se aplicar a metodologia do PNMPO.	0,5% a.a.	Até 2 anos para cada financiamento.	25% sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento.
Agroecologia	Sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.	Até R\$ 150.000,00; até R\$ 300.000,00 para atividades de suinocultura, avicultura e	1% a.a. para operações de até R\$ 10.000,00 a 2% a.a para operações com valor	Até 10 anos, incluídos até 03 anos de carência.	

Continua...

Continuação...

		fruticultura.	superior a R\$ 10.000,00.		
Agroindústria	Investimentos em equipamentos agroindustriais, em pequenas e médias agroindústrias, etc.	Pessoa física: até R\$ 150.000,00, Pessoa jurídica: até R\$ 300.000,00, Associação e cooperativa pessoa jurídica: até R\$ 35.000.000,00	1% a.a em operações de até R\$ 10.000,00. E 2% a.a o limite de R\$ 45.000,00.	Até 15 anos para financiamentos de armazenagem e até 10 anos para os demais empreendimentos, incluídos até 03 anos de carência	
Cotas partes	Financiamento da integralização de cotas-partes dos agricultores associados a cooperativas de produção que atendam o item anterior. Aplicação em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.	Individual: até R\$ 20.000,00 Cooperativa: até R\$ 20.000.000,00	4% a.a	Até 6 anos, incluída a carência a ser fixada pela instituição financeira.	
Custeio	Desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores familiares.	Para beneficiários do Grupo "B": até R\$ 2.500,00; Para os demais beneficiários: até R\$ 100.000,00.	1,5% a.a até R\$ 10.000,00. 3% a.a. valor acima de R\$ 10.000,00. 3,5% a.a Acima de R\$ 30.000,00 até R\$ 100.000,00	De 1 à 3 anos dependendo da cultura, para Custeios Agrícolas. Para Custeio Pecuário, varia de 1 a 2 anos a depender do ciclo produtivo de cada espécie.	
ECO	Implantar, utilizar e/ou recuperar, relacionados a sustentabilidade, fontes de energia renováveis, etc.	R\$ 150.000,00	Para operações de até R\$ 10.000,00 1% a.a. Acima de R\$ 10.000,00 2% a.a.	É variável dependendo do empreendimento, podendo admitir prazos de até 5 a até 16 anos, bem como carências de até 2 a até 8 anos.	
ECO – Dendê/ Seringueira	Investimento, para implantação das culturas do dendê ou da seringueira, com custeio associado para a manutenção da cultura até o quarto ano.	Até R\$ 80.000,00 por beneficiário, respeitado o limite de até R\$ 8.000,00 por hectare para a cultura de dendê e de até R\$ 15.000,00 por hectare para a cultura de	1% a.a. para operações de até R\$ 10.000,00 a 2% a.a. Para as acima de R\$ 10.000,00.	Para cultura do dendê: até 14 anos, incluídos até 6 anos de carência. Para cultura da seringueira: até 20 anos, incluídos até 8 anos de carência.	

Continua...

Continuação...

		seringueira.			
Floresta	Investimentos em projetos técnicos que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário para: Sistemas agroflorestais; Exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo, etc.	Quando destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, exceto para beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B": até R\$ 35.000,00; Para as demais finalidades: até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); Para os beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "B" e "A/C": até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).	A taxa de juros de 1% ao ano.	Até 20 anos, contando com a carência do principal, de até 12 anos, nos financiamentos contratados com recursos do FNO. Até 12 anos, contando com a carência do principal, de até 8 anos em operações contratadas com outras fontes.	
Jovem	Atendimento de propostas de crédito de investimento para jovens agricultores e agricultoras.	Até R\$ 15.000,00 por beneficiário, independente dos limites definidos para outros financiamentos no PRONAF, observado que só pode ser concedido 1 financiamento para cada beneficiário.	A taxa de juro é de 1,0% ao ano.	O prazo é de até 10 anos, com até 3 anos de carência, a qual poderá ser elevada para até 5 anos, quando a atividade assistida requerer.	
Mulher	Atendimento de propostas de crédito de mulheres agricultoras, conforme projeto técnico ou proposta simplificada.	Para as beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B", as condições estabelecidas para o Microcrédito Produtivo Rural, limite	Para as beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B", as condições estabelecidas para o Microcrédito Produtivo Rural, taxa	Para as beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B", as condições estabelecidas para o Microcrédito Produtivo Rural, prazo de até 2 anos; Para as demais	

Continua...

Continuação...

		de até R\$ 2.500,00; Para as demais beneficiárias, de até R\$ 150.000,00.	efetiva de juros de 0,5% a.a ao ano; Para as demais beneficiárias, conforme o crédito contratado, a taxa efetiva de juros pode variar de 1% a.a. para operações de até R\$ 10.000,00 a 2% a.a para operações com valor superior a R\$ 10.000,00.	beneficiárias, até 10 anos, incluídos até 03 anos de carência.	
Mais Alimentos	De financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, etc.	Até R\$ 150.000,00 Elevado para até R\$ 300.000,00, nas atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.	1% a.a. para operações de até R\$ 10.000,00 a 2% a.a para operações com valor superior a R\$ 10.000,00.	Até 10 anos, incluídos até 03 anos de carência; Até 15 anos, incluídos até 03 anos de carência, para financiamentos de estruturas de armazenagem.	

Figura 3: Seguintos do PRONAF.**Fonte:** Banco da Amazônia S.A. (2015), adaptado pela Autora.

A figura 3 disponibiliza de forma resumida os requisitos para solicitação de cada linha de crédito do PRONAF, valor máximo de crédito disponibilizado por cada seguimento, taxa de juros, prazo de pagamento e alguns seguimentos disponibilizam até bônus para beneficiários que pagam corretamente as parcelas do empréstimo até a data de validade, estabelecida na contratação da linha de crédito.

Segundo informações disponibilizadas no *site* do Banco da Amazônia S.A (2015) os 12 seguimentos do PRONAF apresentados, 6 apresentam o mesmo tipo de beneficiários, cujo perfil exige apenas que sejam agricultores familiares enquadrados no PRONAF, conforme Figura 4. Todos os seguimentos do PRONAF devem apresentar os requisitos disponibilizados na Figura 4, porém alguns seguimentos exigem coisas a mais para solicitar o benefício.

Os seguimentos do PRONAF, que necessitam de beneficiário específico são como PRONAF A e A/C, que exigem prévio cadastro do indivíduo no Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) ou do Programa de Crédito Fundiário (PNCF).

Para os agricultores que queiram solicitar o seguimento do PRONAF B, a exigibilidade é que a renda bruta familiar anual não seja superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente.

Para o seguimento do PRONAF Cotas Partes a exigência é que agricultores familiares além de enquadrados no PRONAF, sejam associados a cooperativas de produção de produtores rurais que tenham, 55% A 60%, dependendo do tipo de sócio que ele seja e que tenha patrimônio líquido de R\$ 25.000,00 e tenham, no mínimo, 01 ano de funcionamento.

No seguimento de PRONAF Jovem a exigência é de que o jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas no PRONAF, maiores de 16 anos e com até 29 anos, que atendam a uma ou mais das seguintes condições disponibilizadas no *site* no Banco da Amazônia S.A. Já o PRONAF Mulher exige apenas que o solicitante seja agricultora integrante de unidade familiar de produção, independentemente de sua condição civil.

2.5.1 Beneficiários do PRONAF

O Banco da Amazônia S.A., traz como sendo os beneficiários do PRONAF, as pessoas que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da DAP e atender aos requisitos conforme a figura 04:

BENEFICIÁRIOS	REQUISITOS
Agricultores e agricultoras familiares;	<ul style="list-style-type: none"> • Mora no estabelecimento rural ou em local próximo; • Não possui mais que 04 (quatro) módulos fiscais de terra, conforme definição do INCRA; • A mão de obra no estabelecimento é, em sua maioria, familiar; • Seu estabelecimento é gerenciado pela família; • A renda familiar é originária, predominantemente, da exploração do estabelecimento.
Assentados da reforma agrária;	
Extrativistas;	
Silvicultores (agricultores que cultivam florestas);	
Pescadores artesanais;	
Aquicultores (criadores de peixes, camarões, etc.);	
Jovens;	
Mulheres;	
Comunidades quilombolas;	
Povos indígenas;	
Populações tradicionais.	

Figura 04: Requisitos para Enquadramento ao PRONAF.

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2015), adaptada pela autora.

Os requisitos para enquadramento ao PRONAF apresentado na figura 04 são os básicos solicitados a todos os beneficiários, porém existem outras exigências solicitadas pelo Banco da Amazônia S.A. para cumprimento das normas internas.

2.5.2 PRONAF Emergencial

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em 30 de maio de 2012, uma linha de crédito especial para custeios agrícolas e pecuários. A nova linha, voltada para agricultores familiares enquadrados no PRONAF, contempla os municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública por causa da seca no Nordeste ou enchentes na região Norte. O prazo para contratar o financiamento foi até 30 de dezembro de 2012. A medida foi um pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em resposta às demandas das regiões, com base em informações dos técnicos da assistência técnica e extensão rural que acompanham os agricultores familiares (MDA, 2012).

O limite de crédito de custeio por agricultor foi de até R\$ 12 mil, com taxa de juros de 1% ao ano. Com prazo para o pagamento de até cinco anos, com um ano de carência. O agricultor contou ainda com um bônus de adimplência de 40%. O benefício iria ser concedido aos agricultores que pagarem as parcelas dos financiamentos no prazo contratado. Agricultores do Grupo B – que têm renda bruta anual familiar até R\$ 6 mil poderiam requerer até R\$ 2,5 mil.

O prazo de reembolso é de até 10 (dez) anos para investimentos, incluindo a carência de até 3 (três) para começar a pagar e até 5 (cinco) anos incluindo 1 (um) ano de carência para o custeio, conforme a atividade requerer e o projeto técnico determinar.

Calamidade pode ser uma desgraça acontecida em qualquer meio que envolve um grande número de pessoas e de coisas, uma catástrofe que pode ter sido natural ou provocada. Uma calamidade provocada pela natureza pode ser uma inundação que atinge uma cidade ou muitas famílias.

O Ministério da Integração Nacional em sua instrução normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012 diferencia os termos desastre, situação de emergência e estado de calamidade pública da seguinte forma:

I – desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios;

II – situação de emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

III – estado de calamidade pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta;

Para assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social foi criado o serviço de proteção em situações de calamidades e emergências é um serviço de proteção especial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS para enfrentamento de situações de calamidades públicas e emergências reconhecidas pelo ministério da integração. O serviço está previsto na resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a tipificação nacional de serviços socioassistências e é regulamentado pela portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013 (BRASIL, 2013).

2.5.3 Aplicação dos Recursos do PRONAF

Segundo Mera e Didonet (2010) o PRONAF não consegue cumprir com seus objetivos por falta de fiscalização, isso leva a irregularidades no crédito como o desvio do recurso para outras finalidades como quitar outras dívidas.

Segundo Gazolla e Schneider (2013) para o Sul do País, um padrão de destinação dos recursos em torno de lavouras habituais e de aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários é prioridade principal do Programa. E que o agricultor é levado pela política pública de plantar o que está financiado, deixando claro que a lógica do programa no Rio Grande do Sul é a da especialização produtiva e da profissionalização dos agricultores. Contribuindo para a redução da diversidade dos sistemas produtivos e reduz a autonomia das unidades familiares. Uma explicação dada pelo autor para essa redução na diversificação de cultivos é de que o PRONAF tem maior destinação de recursos concentrada nos grupos C, D e E, que são representados pelos agricultores com maior renda bruta anual e mais estruturados em termos produtivos e econômicos.

Guanziroli (2007) descreve que o PRONAF causou um impacto considerável na agricultura brasileira na década de 1990 e também entre 2000 e 2005. Um dos principais impactos foi o de permitir que os agricultores familiares investissem em sua atividade e ampliassem as áreas plantadas.

Souza, Ney e Ponciano (2011) constataram melhoria na distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as unidades da Federação durante o período de 1999 a

2009. Porém, como essa tendência se reverteu ao final do período, a distribuição dos financiamentos permanece concentrada em poucos estados, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. Observou-se ainda que essa distribuição não reflete totalmente a distribuição da agricultura familiar entre os estados. Esses recursos têm sido direcionados, principalmente, para estados com maior participação no valor produzido pela agricultura familiar.

Abramovay e Piketty (2005) relatam que a política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF de 1990, permitiu que milhares de agricultores familiares tivessem acesso ao crédito bancário pela primeira vez. Entretanto, a ampliação da base social do Programa às populações mais pobres leva os bancos a afrouxar os critérios de atribuição dos créditos, induzindo os agricultores a ficar dependentes inteiramente da sustentação do Estado.

Fazendo com que aumente a cobertura do risco bancário pelo Tesouro, que não estimula os agricultores a manter uma relação permanente com os bancos, pois de qualquer maneira os empréstimos estão garantidos. O desafio do governo brasileiro consiste em encontrar os incentivos que podem levar os bancos a emprestar a populações pobres sem transformar o crédito em subsídio direto (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005).

Um dos pontos críticos do programa diz respeito à capacidade de pagamento de crédito por parte dos beneficiados, que não parece ter sido assegurada convenientemente pelas autoridades, já que precisam conceder contínuas renegociações e resseguros dos empréstimos que ficaram em atraso ou estavam ficando inadimplentes.

O autor ressalta a importância de se rever a institucionalidade e a forma de operação do PRONAF a fim de reforçar a disciplina financeira, induzir os mutuários a buscarem o máximo de eficiência na utilização de recursos. E introduzir responsabilidades ao longo de toda a cadeia do PRONAF, fazendo com que os vários autores do sistema de políticas da agricultura familiar, sejam de fato responsáveis pelos atos e compromissados com os resultados.

2.5.4 Inadimplência

O conceito de inadimplência geralmente está ligado com a falta de compromisso de um indivíduo ao cumprimento de suas obrigações financeiras para com seus credores (MAIA, 2007).

A Serasa Experian em 2014 realizou um levantamento que traçou o Mapa da Inadimplência no país referente ao primeiro semestre do ano, tomando como base todos os municípios brasileiros com população acima de 1.000 habitantes, revelando que existem diferentes índices de inadimplência de acordo com a maneira que o tema é avaliado, por cidades e regiões brasileiras.

A região que concentra mais inadimplentes é a Norte, atingindo 31,1% da população, seguida pelo Centro-Oeste, com 26,4%. Em seguida, vem a região Sudeste (24,5%) e a Nordeste (23,6%), a região Sul é a que menos apresenta inadimplentes: 22,4% da população se encontram nessa situação (SERASA, 2014).

Segundo o art. 390 Código Civil - CC de 2002, “nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se deveria abster”. Com o não cumprimento das obrigações, o devedor responde por perdas e danos, juros e correção monetária, além de todos os bens (CC/2002, art. 389, 391 e 392). Em geral, as obrigações são voluntariamente cumpridas, seja espontaneamente, por iniciativa do devedor seja após a interpelação feita pelo credor.

A adimplência é o cumprimento no pagamento de dívidas e tem uma função social muito importante, pois permite o retorno do capital ao mercado, com isso a sociedade em geral tende a sair ganhando, pois, gera emprego e possibilita uma política de crédito mais flexível com prazo de contratação (MAIA, 2007).

Abramovay e Pikettu (2005) deixam claro que a novidade do PRONAF estava em sua intenção explícita de propiciar aumento da geração de renda dos agricultores por meio de seu acesso ao crédito bancário. E aqui aparece bem a contradição básica que vai atravessar toda sua história: incapaz de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas, o público do programa não faz parte, evidentemente, da clientela convencional dos bancos.

O afastamento entre racionalidade econômica – expressa, por exemplo, na capacidade de tomar um empréstimo e pagá-lo nas condições acordadas contratualmente – e necessidades sociais exprime-se bem pela distância entre o setor bancário e os agricultores familiares.

O PRONAF é um imenso esforço para reduzir essa distância e é exatamente aí que, desde seu início, concentram-se seus maiores problemas e tensões, pois os bancos voltam suas atenções aos seguimentos de maior renda e integração a mercados estáveis da agricultura familiar, o importante era a viabilidade econômica de unidades produtivas que se encontrem ao alcance das capacidades de trabalho de uma família.

2.6 DIAGNOSTICO SÓCIO ECONÔMICO DE CACOAL

O município de Cacoal está situado no estado de Rondônia, região norte do Brasil, pertencente também a chamada região amazônica.

Surgiu em 1972 com o então projeto de integração de colonização PIC GI-Paraná, foi elevada à categoria de município no dia 11 de outubro de 1977 pela lei federal nº 6.448, desmembrando do município de Porto Velho. O município é constituído de 2 distritos: Cacoal e Riozinho (IBGE, 2015).

O seringueiro Anísio Serrão de Carvalho nomeou o município de Cacoal devido à grande quantidade de cacau nativo que infestava a área, tendo boa aceitação pelo solo, vindo a se tornar juntamente com a lavoura cafeeira, que fez deste município a Capital do Café, tornando-se a cultura mais importante da região, dando base de sustentação a economia local.

A população estimada de Cacoal-RO em 2014 foi de 86.556 habitantes, mas no ultimo senso demográfico registrado pelo IBGE é de 2010, a população residente no município de Cacoal era de 78.574 pessoas, sendo 51.921 pessoas na área urbana e 16.653 pessoas residentes na área rural, ou seja, 21% da população vive na zona rural.

O município é movido principalmente pelas grandes indústrias do setor madeireiro, agropecuário e comércio. É um dos municípios mais prósperos do estado por sua sólida economia em expansão. O PIB de Cacoal é de R\$ 1.324.657 e o PIB Per capita R\$ 16.968,06, dados do IBGE (2012).

A base econômica da agricultura permanente é o café, sendo o município já considerado o maior produtor do estado, com produção de 200 mil toneladas de café na década de 80, mas essa produção vem caindo gradativamente, logo após o café, a segunda maior produção é a de banana, com 5.415 toneladas em 2013. Já no desenvolvimento de culturas temporárias, os mais importantes são a cana de açúcar, mandioca e abacaxi, conforme o senso 2013 do IBGE.

Cacoal possui um dos maiores rebanhos do estado, sendo de grande importância para a economia agropecuária, ficando em 05 (quinto) na posição produtiva que é de 91.690 litros diários (IDARON, 2013).

3 METODOLOGIA

Nesse estudo foi feito uma abordagem dos aspectos qualitativos com análise de dados, utilizando-se como método de pesquisa dedutivo, por meio de amostragem aleatória.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento documental, em relatórios de gestão e de resultados da instituição, bem como dossiês das operações de crédito dos beneficiários, da agência do Banco da Amazônia S.A., no município de Cacoal (RO), os quais foram analisados com a utilização de sistemas eletrônicos e apresentados em forma de gráficos e tabelas. Quanto aos procedimentos a pesquisa consiste em um levantamento bibliográfico e documental, com acessos a sítios eletrônicos (web) com o intuito de obter informações sobre o tema.

Como instrumento de coleta de dados foi elaborado um formulário pela pesquisadora levando em consideração variáveis como valores monetários, caracterização quanto a investimento e custeio, perfil de beneficiários e inadimplência conforme Apêndice A.

Para atingir os objetivos propostos, primeiramente foi analisado o relatório dos contratos efetivados nos anos de 2009 a 2011, para fins de apanhar os valores individuais e o valor total realmente contratado no município de Cacoal-RO. Desses relatórios foram retirados apenas os contratos ativos, desconsiderando os já liquidados, e depois selecionados de forma aleatória a quantidade de 100 (cem) contratos de cada ano, para fins de descrever o perfil dos beneficiários do PRONAF no Banco da Amazônia S.A. no município de Cacoal/RO no período analisado.

Para descrever a aplicação dos recursos e verificar se há inadimplência nesse seguimento de financiamento, foi necessário fazer consultas no sistema da agência, a fim de classificar se a operação está adimplente ou não. Do mesmo modo foi feito para saber qual a destinação individual dos recursos aplicados em cada contrato.

Os resultados foram analisados com a utilização de sistemas eletrônicos e apresentados em forma de gráficos e tabelas, os dados apurados foram compilados conforme a necessidade do objeto de pesquisa e apresentados de maneira clara e objetiva.

Por se tratar de uma abordagem qualitativa, foi enfatizada a discussão estruturada pelo referencial teórico apresentado no trabalho, com o objetivo de subsidiar os dados diagnosticados na pesquisa de campo com os já apresentados na literatura.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme as informações obtidas, com os financiamentos contratados entre os anos de 2009 e 2011, verificando os valores individuais e os valores totais contratados no município de Cacoal-RO. A apuração desses dados reflete questões pertinentes ao objeto em estudo. Nesse sentido, os resultados obtidos foram agrupados conforme a necessidade da pesquisadora para apresentação dos mesmos.

De forma geral, foram levantados 1.400 contratos de PRONAF efetivados nos anos de 2009, 2010 e 2011, dos quais 73,4% já foram liquidados, portanto não existem mais informações dessas operações para serem comentadas a respeito do perfil dos beneficiários, 21,2% estão cumprindo com suas obrigações contratuais e fazendo os pagamentos em dia e 5,4% dos beneficiários do programa encontra-se em situação de inadimplência com o banco, conforme figura 05.

Não foram localizados subsídios na literatura que abordassem sobre o tema inadimplência do PRONAF, mas vale ressaltar a importância de se manter as dívidas em dia como descreve MAIA (2007), o cumprimento no pagamento de dívidas tem uma função social muito importante, pois permite o retorno do capital ao mercado e isso, conseqüentemente, gera emprego e possibilita uma política de crédito mais flexível com maior prazo de contratação.

Na figura 05 estão apresentados os resultados referente a adimplência da agência, ou seja, se os beneficiários estão efetuando os pagamentos em dia ou não.

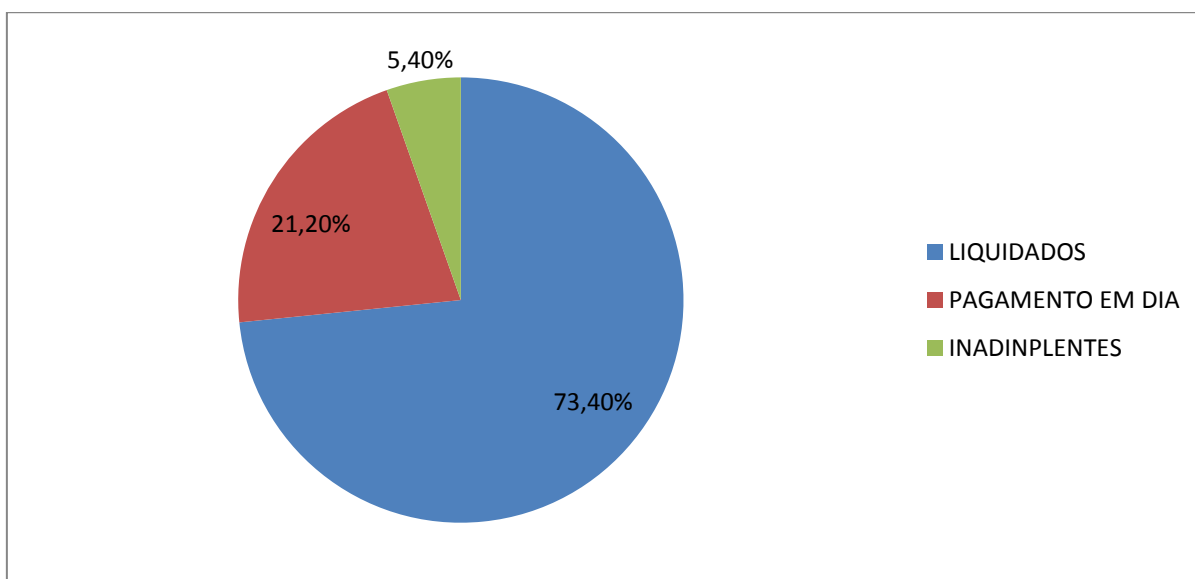


Figura 05: Contratos Efetivados.

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2015) adaptado pela autora.

Com base na composição geral de contratos efetivados, foi efetuado uma amostragem aleatória, gerando uma amostra de 100 beneficiários no ano de 2009, no ano de 2010 foram gerados 30 beneficiários. Já em 2011 a amostra foi composta de 48 beneficiários. O motivo pelo qual apenas os anos de 2010 e 2011 ficam com uma amostra menor de beneficiários, foi que o restante da amostra são de contratos liquidados.

Destaca-se o maior número de homens beneficiários, composto de 90% da amostra dos 178 selecionados. Sendo sua maioria de 66% com nível de escolaridade, onde ainda não terminaram o ensino fundamental, antigo 1º grau, em concordância com Anjos e outros (2004) que relata que no que tange à escolaridade das pessoas residentes nos domicílios, as informações colhidas indicam uma escolaridade média (anos de estudo) de 5,5 anos para o conjunto examinado. Os mesmos resultados também foram encontrados por Maia e Sousa (2007) onde as maiores frequências relativas são de agricultores que têm ensino fundamental incompleto (26,32%), os autores ainda destacam que apesar desses agricultores estarem concentrados na zona rural, onde o acesso à escolaridade é menor, os pronafricanos se encontram em sua maioria alfabetizados.

A figura 06 demonstra o quantitativo de cada seguimento procurado pelos beneficiários da amostra da pesquisa realizada no Banco da Amazônia S.A. no município de Cacoal em relação do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar - PRONAF no período de 2009 a 2011.

Seguimento	2009	2010	Seguimento	2011
Agricultura familiar	51	13	Agricultura familiar	33
Floresta	1	0	Agroindústria	1
Grupo B	17	7	Grupo B	3
Mais alimentos	30	10	Mais alimentos	10
Mulher	1	0	Jovem	1
Total	100	30	Total	48

Figura 06: Distribuição anual dos seguimentos

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2015) adaptado pela autora.

Conforme apresentado na figura 06, o perfil dos beneficiários separados por seguimento do PRONAF, destaca-se a agricultura familiar, nomenclatura essa que definia uma linha de crédito do PRONAF no Banco da Amazônia S.A. e a linha Mais Alimentos, como sendo os mais procurados nos três anos analisados. Pois são os seguimentos com o maior limite de crédito disponibilizado para cada beneficiário que o solicite, em concordância

com diversos pesquisadores como Gazolla e Schneider (2013), Maia e Sousa (2007), Mera e Didonet (2010) que concluíram como sendo o seguimento mais procurado pelos pronafianos o da agricultura familiar.

Em se tratando de renda anual dos beneficiários a figura 07 demonstra de forma clara essa composição, dividindo-as de cinco em cinco mil as por faixas de rendas para melhor entendimento desse perfil.

Faixa de renda anual (em mil)	2009	2010	2011
Até 5	26%	30%	27%
de 5 a 10	26%	27%	40%
de 10 a 15	7%	20%	17%
de 15 a 20	14%	17%	13%
de 20 a 25	12%	0%	2%
de 25 a 30	6%	7%	0%
de 30 a 35	3%	0%	2%
de 35 a 40	0%	0%	0%
de 40 a 45	2%	0%	0%
acima de 45	4%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

Figura 07 - Distribuição da faixa de renda anual

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2015) adaptada pela autora.

De acordo com a figura 07 a maioria dos beneficiários tem como renda familiar anual na faixa entre 5 a 10 mil reais, chegando a atingir 40% da amostra em 2011. Desse modo pode-se deduzir que a maior parte dos produtores são de agricultura familiar ou de subsistência, pois para Anjos e outros (2004) já descreviam essa faixa de renda rara o conjunto de estabelecimentos gaúchos a renda média atingiu R\$ 7.839,20, ficando a mediana em R\$ 4.872,5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo atingiu o objetivo proposto de demonstrar a aplicação dos recursos do PRONAF na região de Cacoal no intervalo dos anos de 2009 a 2011 o total de R\$15.434.178,37. Observou-se que 89% estão concentrados nos seguimentos da agricultura familiar e mais alimentos, totalizando o montante de R\$13.675.526,27. Por se tratarem dos seguimentos com maior limite de crédito tornando-se os mais procurados do Programa.

Os beneficiários se enquadraram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF, por meio de uma análise feita pelas assistências técnicas da EMATER, ATER ou CEPLAC, que se utilizam da DAP, como instrumento oficial de informações que comprovam o enquadramento do indivíduo em cada tipo de seguimento.

A contribuição do PRONAF para o desenvolvimento da região de Cacoal/RO se da pelo fato de a grande maioria dos agricultores necessitarem desse tipo de investimento para custear seu meio de sobrevivência, que é o principal objetivo desse programa.

Fica como sugestão, que outros estudos devem ser realizados, para complementação de informações que contribuirão na divulgação referente ao PRONAF na região de Cacoal/RO.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie Gabrielle. **Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (pronaf): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIO AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, IDARON. **Cacoal**. Disponível em: <<http://www.idaron.ro.gov.br/portal/Default.aspx>>, acesso em 03 de dez. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, BACEN. **FAQ - Empréstimos e financiamentos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?EMPRESTIMOEFINANCIAMENTOFAQ>>, acesso em 17 de fev. 2015.

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/agriculturaa-familiar>>, acesso em 13 fev. 2015.

_____. **História**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>>, acesso 22 mar. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942**. Autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/obanco/DecretoLei_4.451_de_09.07.1942.pdf> acesso em 26 jan. 2016.

_____. **Relatório de gestão 2007-2012**. Diretoria executiva do Banco da Amazônia S.A.. Belém, 2014.

_____. **Tipos de financiamento para segmentos PRONAF.** Dados disponibilizados pela Instituição e publicados no ano de 2015. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/agriculturaa-familiar>>. Acesso em 17 fev. 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.** Regulamento o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional do Centro – Oeste – FCO, e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17827.htm>, acesso em 17 fev. 2015.

_____. **Constituição federal de 1988.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Novo código civil 2002.** Senado Federal, Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>, acesso em: 17 de fev. 2015.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul.** RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 045-068, Jan/Mar 2013 – Impressa em Abril de 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª edição. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007 – Impressa em abril 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Rondônia-Cacoeira.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=110004>>, acesso em 03 de dez. 2015.

MAIA, Andréa do Socorro Rosa Silva. **Inadimplência Recuperação de Créditos.** Gilberto Kloeckner, Londrina – PR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós - Graduação em Administração, Londrina – PR, 2007.

MAIA, Sâmia Maria Braúlio; SOUSA, Eliane Pinheiro de. **Estudo comparativo da qualidade de vida dos pronafianos do grupo c e dos não-pronafianos do município de santana do cariri - ce.** XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina-PR, 2007

MERA, Claudia Prudêncio de e DIDONET, Graciela Beck. **Aplicação dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS).** PERSPECTIVA ECONÔMICA v. 6, n.2:45-58 jul/dez 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Credito Rural**. Disponível em :
<<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural>>, acesso em 24 jun. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **SPOT: Agricultores familiares ganham linha de crédito de custeio**. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/radio-mda/spot-agricultores-familiares-ganham-linha-de-cr%C3%A9dito-de-custeio#sthash.9OI2SAIk.dpuf>>, acesso em 16 fev. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013**. Dispõe sobre os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/janeiro/PortariaMDS-090-03092013.pdf.pagespeed.ce.bP9bg4XDTG.pdf>>, acesso em 16 fev. 2015.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, MDA. **Instrução normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012**. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=822a4d42-970b-4e80-93f8-daee395a52d1&groupId=301094>, acesso em 17 fev. 2015.

_____. **Manual para a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/pt/>>. Acesso em 22/03/2015.

_____. **FNO - Apresentação**. Disponível em: <<http://mi.gov.br/apresentacao-fno>>. Acesso em 22 fev. de 2015.

NUNES, Sidemar Presotto. **O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar**. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER. Boletim Eletrônico. Nº 156 – fev/ 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL. **Seminários apresenta inovações para agricultura familiar**. Disponível em:
<<http://www.cacoal.ro.gov.br/index.php?pagina=lernoticia&idnoticia=78>>. Acesso em 27/06/2015.

_____. **Economia**. Disponível em:
<<http://www.cacoal.ro.gov.br/?pagina=economia>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

SCHNEIDER, Sergio e MATTEI, Lauro e CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

SERASA. **Estudo inédito da Serasa Experian traça o Mapa da Inadimplência no Brasil em 2014**. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/estudo-inadimplencia/>. Acesso em: 14 jul. 2015.

SOUZA, Paulo Marcelo de e NEY, Marlon Gomes e PONCIANO, Niraldo José. **Evolução da Distribuição dos Financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no Período de 1999 a 2009**. RBE Rio de Janeiro v. 65 n. 3 / p. 303–313 Jul-Set 2011.

TESTA, Vilson Marcos. **Importância da agricultura familiar**. Portal dia de campo. 2010. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=20915&secao=Colunas%20e%20Artigos>. Acesso em 02 mai. 2015.

APÊNDICE

